

Relato do debate da Vídeo-Conferência sobre o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário

31 de outubro de 2007

por: Daniel e Fernanda – secretaria executiva do FBES

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) promoveram uma Vídeo-Conferência para apresentação e consulta, aos integrantes do movimento de Economia Solidária nos estados brasileiros, sobre a Instrução Normativa do Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário, que está sendo elaborada por um Grupo de Trabalho com representações da sociedade civil e governo federal.

O debate aconteceu no dia 31 de outubro, entre 9h e 12h30, e contou com a participação de representantes dos Fóruns Estaduais de São Paulo, Paraná, Amapá, Mato Grosso do Sul, Piauí, Mato Grosso, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins, Distrito Federal, Ceará, Pernambuco e Amazonas.

Segue abaixo relato das falas feito pela Secretaria Executiva do FBES.

Miguel (FBES)

(...) se os EES continuarem como estão, não dá para continuar é estratégico os empreendimentos, entidades de apoio, gestores, nos apropriarmos e discutirmos, nos reunirmos para conhecermos e sabermos a fundo o que será esta IN só assim dará para podermos saber como reivindicar para isso, temos que efetivamente nos reunir, conversar, nos formar para que a IN tenha êxito.

Colocações dos estados

São Paulo

Estou mais para participar e ouvir vejo a necessidade de maior participação dos empreendimentos, e é importante que seja feito este trabalho de conhecer melhor esta instrução normativa sobre a IN, gostaria de manifestar que o pessoal que está tratando disso não pode vir, portanto não sei como contribuir. a comercialização é fundamental!

Paraná

Hoje estamos fazendo na assembléia do PR a apresentação do mapeamento e o lançamento da frente parlamentar de ES do PR. Como será a consolidação da certificação dos empreendimentos neste projeto? Como será a relação com as redes de comércio justo e solidário? Quando teremos o termo de referência?

Amapá (oito pessoas participaram)

Dorama apresentou o grupo de pessoas presentes. Estamos acompanhando o processo de construção da IN e temos 2 propostas/sugestão. Sugerimos a necessidade de incluir a questão do comércio justo no currículo escolar além disso, que se inclua a questão do turismo na IN. Sobre as normas: este é o último documento? É a última etapa do que estamos querendo fazer?

Mato Grosso do Sul (aproximadamente 6 pessoas)

Gostaríamos de colocar algumas preocupações. Como será o apoio a empreendimentos que não estão ainda adequados à IN? A segunda pergunta é sobre a certificação: queremos reforçar que a IN coloque prioritariamente a certificação participativa, por ter maior compromisso e da construção de coletivos. É fundamental que a certificação participativa tenha subsídio do governo.

Piauí (11 pessoas)

Fizemos uma leitura do material, e achamos que o GT e o FBES descobriram o ponto frágil da ES no país, que é a comercialização. Os gargalos são a comercialização e o crédito. Acreditamos que a identidade da ES vai aparecer agora ao fortalecermos a comercialização, teremos uma outra economia temos algumas questões a colocar a normativa é importante é fundamental pensar o consumidor, que é peça importante nesta questão do PCCS achamos que os 3 mecanismos propostos da IN devem ser garantidos queremos que as estruturas sejam regionais e locais, para garantir a dimensão democrática.

Mato Grosso (3 pessoas)

Estamos preocupados por não termos conseguido as informações em tempo hábil. Só na segunda fomos comunicadas da vídeo-conferência, e não conseguimos discutir o documento. Precisamos parar para refletir sobre a PCCS e para a certificação. Lamentamos não termos nos organizado suficientemente.

Santa Catarina (6 pessoas)

Fizemos a plenária regional na última sexta, e conversamos sobre o tema e vemos que a comercialização começa desde à produção ou seja, como o apoio virá desde a base? ou seja, o fomento tem que ser mais amplo neste sentido, há a dificuldade da formalização dos empreendimentos como será o processo de formação e acompanhamento e formalização dos empreendimentos econômicos solidários? como vai se dar o apoio às bases de serviço, com estes problemas dos convênios? pois com este marco legal fica difícil fechar convênios públicos falta na IN algo sobre as franquias sociais como fazer comercialização em estados diferentes? No item 8.2.1, na letra F, quando trata da não prática de consignação este fator é com relação a prazos desfavoráveis, ou é a negação completa da compra consignada?

Ceará (10 pessoas)

O tema da comercialização é central, e estamos debatendo esse tema nas reuniões do feirão. Um dos pontos que se repetem é o do selo, temos que reafirmar a certificação participativa. Queremos saber como o sistema, como a política pública dará apoio ao sistema, aos estados, para que aconteça de fato há experiências no país, mas ainda são pontuais. Para nós é fundamental garantir o fomento aos sistemas participativos de garantia. Não podemos perder de vista as feiras. Tem que haver apoio a feiras, não só as estaduais, mas também as feiras locais, pois são lugar privilegiado de comercialização da ES. Feiras regionais e locais, devem ser favorecidas . Queremos saber como vocês estão pensando em fortalecê-las. Sentimos falta da parte de apoio à comercialização e ao crédito. Falta certificados. No governo devia haver órgão específico para a parte de exportação. Seria bom haver uma parte comercial no governo, onde entregaríamos o produto, e assim facilitaria.

Pernambuco (2 pessoas)

Não tivemos acesso ao documento. Para nós está difícil porque aqui é mais cedo. O pessoal ainda está chegando, não tem horário de verão. Sinto-me contemplada na fala do PI sobre a dificuldade de escoamento dos produtos da ES. As feiras e eventos não dão conta, a renda gerada é muito pequena. Estamos querendo construir centros de comercialização, espaços permanentes de comercialização e não apenas feiras pontuais. Queremos ter mais espaço na mídia televisiva para divulgar a economia solidária.

Distrito Federal (6 pessoas)

O mapeamento apontou as dificuldades dos empreendimentos. Acreditamos que a IN vai facilitar e possibilitar a comercialização, melhorar o comércio pelo selo para a sociedade reconhecer a ES. Não debatemos entre nós o documento e por isso estamos querendo ouvir e aprender com vocês.

Retorno do GT sobre as colocações dos estados

Fabíola (FACES do Brasil)

Com relação à pergunta de como os EESs serão certificados sobre as normas: este documento que vocês têm é 90% da versão final deste conjunto de normas . Digo 90% pois passamos os últimos 2 dias, revendo cada palavra, e pode haver alguma modificação do documento com relação ao que vocês têm em mãos. Assim que acabarmos enviaremos este documento para o movimento imediatamente. O sistema nacional de CJS não é só regulamentação e certificação, ele tem esse lado: um dos objetivos é ver o que é a ES, e como se reconhece, e daí os sistemas de certificação. Mas além deste lado, tem outro que é fundamental: o lado fomentador, o lado de estimular que o SCJS seja realidade. Por isso, quando falamos de sistemas de certificação, não imaginamos que este sistema vai começar com a totalidade das normas. Isso não faz sentido, precisa ser inclusivo, a idéia do reconhecimento de garantia é que parta

de uma nota mínima, chamados de critérios mínimos, e vá caminhando para chegar ao conjunto ideal, que são as normas como um todo do comércio justo. Pois não é realidade que todos os conjuntos e critérios sejam vivenciados pelos empreendimentos. Os mecanismos de certificação são 3.

Martin (ECOJUS)

Sobre certificação participativa, a Ecojus fez uma oficina este ano, em que analisamos em que medida as atuais práticas já contemplam os sistemas. Para a parte dos agroecológicos, não será difícil incorporar a IN, mas para EESs urbanos é mais difícil, pois não existe ainda a prática de certificação participativa. Vemos a necessidade de 2 reconhecimentos do governo: 1. a certificação dos orgânicos e 2. do MTE com a SENAES, ambos são de certificação participativa, por isso vemos que pode burocratizar. Aachamos que o mesmo sistema participativo deve validar tanto os orgânicos quanto o de CJS e ele teria que ser reconhecido pelo MAPA e pelo MTE, a forma operacional da certificação participativa deve poder ser reconhecido por ambos os ministérios. Por isso, temos diálogo com o GAL, que está construindo o anexo da certificação participativa que seja o mesmo. Outro ponto: o PAA para muitos ees ajudou para estruturar uma forma mínima dos empreendimentos. CONAB ou PAA não dão apoio para a estruturação do empreendimento, portanto coube aos ees e entidades de apoio se virarem para se adequar, isso para ees urbanos, deve envolver maiores investimentos, para fomento. Pensamos no aumento nas bases de serviços de comercialização e detectamos num primeiro levantamento 70 BSCs, muitas estão numa lógica da ES se pensarmos um apoio para uma normativa, achamos que serão o ideal.

Haroldo (SENAES)

Para entendermos o sistema: estamos considerando que a IN deve reconhecer 3 modelos:

1. modelo da garantia solidária, que são as experiências participativas, como da rede ecovida, SPGs. O MAPA está organizando com a sociedade civil um documento que está organizando esta forma de certificar/garantir. Estamos reconhecendo esta forma de garantia na nossa IN. Este sistema que a turma do MS, do CE, do PR levantaram, nós compreendemos que é o sistema que mais se aproxima dos empreendimentos e do movimento de ES, há uma posição política do movimento social de que este é o sistema de garantia que deve ser fomentado pelo governo, estamos pensando. 2 instrumentos para apoiar a comercialização: SBCJS e o SECAFES. Quanto ao SECAFES, é um sistema de apoio à comercialização, que tem peso. Estamos pensando como reforçar isso. Dia 7 de novembro teremos SENAES e SDT reunidas para construir o termo de referência para organizar essa política, um exemplo que estamos tendo hoje são as feiras em rede de AF e ES, exemplo de trabalho conjunto entre MDA e MTE. A idéia é que o SBCJS organize a política de fomento e só fazemos isso por termos o SIES, o mapeamento, que nos dá um retrato. O MDA repete muito que há um conjunto de espaços de comercialização no Brasil, mas que não são ocupadas pelo movimento. Pensamos que as BSCs é que conseguirão ocupar estes espaços, para podermos ampliar o nosso mercado solidário e conquistar o

mercado. Este processo todo tem que ajudar que os EESs possam melhorar e vender sua produção, mas isso não pode ser solto, pontual, localizado. Por exemplo, com relação ao programa de feiras, queremos ter outros parceiros envolvidos. Estamos esperançosos que o PPA 2008-2011 nos dê mais recursos para estas ações de fomento. A política de fomento está vinculada à organização do SBCJS e aos SECAFES.

Rosemary (FBES)

O estado tem 3 funções: regulador, consumidor, e fomentador. Estamos pensando na criação de uma comissão gestora nacional do SBCJS, que vai dialogar com outras políticas. Estamos falando de comércio, de relações de trocas. Vamos dialogar em nível nacional. O controle social ultrapassa o FBES, há outros movimentos sociais que são EESs fora do FBES. Nosso público alvo é de 22.000 EESs, queremos organizar a comissão em nível regional. Não se pode confundir selo com comercialização garantida. O selo garante uma identidade, junto aos consumidores que compram causas sociais e processos, e não produtos mas a comercialização deve avançar com mobilização social, entrada em sistemas públicos e privados, políticas de fomento, etc. Uma questão central é a divulgação junto à sociedade brasileira, precisamos fazer campanhas, que custam caro é necessário pensar além da geração de renda. Temos como centro a pessoa. Só vai avançar se o protagonista for o ator central, o nosso trabalho portanto só começa na IN. Quais são as instituições hoje que conseguem representar da melhor maneira os atores? Para cada canal há processos diferentes para certificação, etc.. A comissão gestora vai definir que sistema participativo vai reconhecer ela vai dialogar a quem pede para ser uma certificadora. Os princípios são do SBCJS.

Miguel (FBES)

O sistema é brasileiro. Faz-se necessário avançar na comercialização no território nacional. Não podemos pensar só em exportação. Sobre franquia social, temos um grande tabu no movimento. Temos que discutir sobre isso, entender o que é franquia capitalista tem limites, dificuldades e problemas sérios. Precisamos amadurecer o debate, não precisa estar na IN. Temos que discutir.

Jasseir (FACES do Brasil)

Decidimos construir uma norma pública. O estado só pode agir a partir do que está escrito e o movimento não está preso a isso. Isso nos dá condições de pressionarmos para políticas de fomento.

A relação entre empreendimentos tem que ser valorizada. O empreendimento sem capital de giro, não consegue colocar o produto no caso de consignação. Junto a empresas, o caso é diferente, não pode ser uma lógica que deixa o empreendimento na boca do lobo. Não pode ficar numa relação desigual. Temos que garantir critérios mínimos para que estas empresas sejam parceiras, por isso tratamos de dois tipos: relação de empreendimento a empreendimento e relação de empreendimento com a empresa. No primeiro caso, pode ser

negociada a consignação, mas no segundo caso, tem que ser respeitados critérios.

Fabiola (FACES do Brasil)

Sobre inclusão do CJS nas escolas, a IN não entra neste detalhamento. Isso seria um item de uma política de fomento. Já existem materiais, profissionais, organizações que podem fazer isso, mas é a política de fomento. Isso casa com o comentário do PI da necessidade de campanhas de mobilização por um consumo diferenciado, ao comprarmos um produto, estamos comprando um processo. Sobre o turismo, perguntado pelo AP: a IN não fala de segmentos, fala de produtos ou serviços e o tempo todo se fala de produtos e serviços. Portanto não está o nome do turismo, mas está contemplado.

Rosemary (FBES)

A mesma coisa os programas de feiras: não ficam na IN, e entram na política de fomento. As feiras permanentes e locais precisam avançar. As feiras hoje têm papel muito mais de divulgação e formação. As BSCs, lojas, etc, são fundamentais para distribuição e dar acesso ao consumidor, é importante pensar a gestão destas ferramentas: do programa de feiras, etc.

Colocações dos estados

Tocantins

Em TO temos um processo de criação local de uma certificação participativa, como vamos dialogar com a construção da IN?

Amazonas

Muitas coisas refletem questões reais, aqui no AM falta formação de base para os EESs. O papel do estado de fomentador não está sendo feito.. A partir do mapeamento, que iniciativas estão sendo pensadas de formação de base?

São Paulo

Estou contemplada com a fala sobre como se daria o sistema de comércio justo e gostaria de saber como ficam as trocas neste sistema? Trocas solidárias também são comércio. O fomento ao desenvolvimento local, os PPDLES têm papel nisso: qual o fomento ao desenvolvimento local? Sobre feiras: tem que ser investido muito na política de feiras. Tem que haver feiras não só de eventos, mas também de comercialização e darmos a cara da ES, e avançarmos na comercialização.

Distrito Federal

Louvável a criação do SBCJS, pois traz o reconhecimento dos produtos da ES da área urbana e rural. Ao ler o documento, eu percebi que ele trata de duas dimensões: fomento e reconhecimento. Não percebi clareza no documento de quem está habilitado para receber políticas de fomento. A política não está clara: o EES terá que estar certificado para receber a política? Mesmo quem ainda não está certificado possa receber fomento para poder migrar para um sistema justo? Outra questão:

fala-se de adesão voluntária, mas a IN não fala como o empreendimento adere ao sistema voluntariamente. O produto é o foco, ou o empreendimento como um todo é verificado? Como fica esta relação com as empresas? Temos que aprimorar o sistema, por exemplo, ali se fala de contrato de longo prazo e se as cláusulas lesem o grupo no futuro se não cumprirem prazo, etc.... Ou seja, precisa-se de mais elementos na IN para garantir os EESs. Quando o pessoal do AM fala da necessidade de formação de base, acredito que os centros de formação serão fundamentais, temos que ver primeiro aqui no país. Mas muitas vezes nossos produtos são mais aceitos lá fora, portanto não dá para ficar de fora o comércio internacional. Temos que avançar com cursos universitários para a ES. Pois isso vai ajudar a ES com novos professores que saibam o que é ES. Em relação ao crédito: para conseguirmos linhas de crédito temos que estar realmente organizados, o GT poderia pensar em como ver a possibilidade de avançar na parte do crédito.

Ceará

Este debate está muito bom, e vamos discutir na nossa rede. Bem, nossas questões, como está sendo pensada a questão do consumo? Sobre espaços de comercialização, precisamos ir além das feiras, como lojas e outros espaços fixos. Com relação à IN: achamos fundamental que no texto do documento esteja explicitada a prioridade para o sistema de certificação participativa. No texto tem que entrar esta questão, no texto da IN. Outra pergunta: como os empreendimentos vão entrar no sistema? Estamos com a proposta inicial. Como teremos acesso a este debate?

Amapá

Sofremos muito com os tributos e gostaríamos que se coloque sobre o fomento e os tributos. Os pequenos sempre recebem em material, e nunca em espécie o problema é que o governo compra o material para o empreendimento, e muitas vezes é de péssima qualidade e comprado de empresas que não são da ES. Com relação a fiscalização: que os órgãos fiscalizem. Deve haver fortalecimento e intercâmbio das redes produtivas no Brasil. Queremos conhecer melhor as redes, ter acesso a estes produtos. Este documento precisa ser divulgado e publicado, disponibilizado nos órgãos. Aqui nem a DRT veio, queremos que os órgãos governamentais e entidades de apoio recebam o documento para participarem. Lembramos também a necessidade de afirmar o dia 15 de dezembro como dia do comércio justo também, pois é dia da ES. Nossa plenária será dia 14 a 16 de dezembro.

Retorno do GT sobre as colocações dos estados

Martin (ECOJUS)

Está marcada uma oficina nos dias 5 e 6 de dezembro para refletirmos sobre sistemas participativos de garantia. O GT hoje à tarde vai trabalhar a partir das colocações que vocês fizeram nos estados e na próxima semana o documento final estará pronto.

Rosemary (FBES)

Entendo as trocas muito mais como consumo do que como comercialização. A IN não trata disso diretamente, faltou aprofundarmos a questão de gênero. Na última versão, vamos falar mais do papel da mulher nos processos de comercialização, pois elas estão mais na produção, e muito pouco na comercialização. Somos 6 da sociedade civil, e os 3 homens são produtores e as 3 mulheres são consultoras. A valorização das mulheres é também de agregação de valor dos produtos destas mulheres. A política de fomento não pode ser um "castigo", ela deve ser o que apóia a inclusão também de quem está fora do sistema. A política de fomento deve incentivar a entrada de pessoas no sistema. É natural que deva haver fomento para a transição para entrar no sistema de CJS, ou seja, pensamos uma certificação como baseada no princípio da progressividade estimulando a transição. Além disso, respeitamos a conformação regional, de cada região. Os princípios são dados pela IN, mas as formas de certificação são diferenciadas. O sistema é o mais inclusivo possível, e não dá prioridade a um só tipo de certificação.

Fabíola (FACES do Brasil)

A questão dos critérios é sempre perigosa: será que um critério é inclusivo ou vai excluir quem não se adapta? Ao lançarmos a IN agora, será uma primeira versão, que no dia a dia poderá ser alterada, a partir da experiência. Depois de um tempo, poderemos revisar a IN. Um exemplo é a questão de critérios mínimos e critérios progressivos. Os mínimos é o que TEM QUE ser obedecidos e os progressivos são aqueles que devem ser adquiridos com o tempo, numa transição ou seja, são desejáveis. Outra questão, estamos (FACES) fazendo um estudo de 25 casos de comercialização, e como estão frente aos princípios e critérios da IN. Estamos com isso avaliando os próprios princípios e critérios da IN, para ver quais devem ser mínimos e quais devem ser progressivos. É o real que deve pautar o ideal. Os resultados desta pesquisa serão apresentados em seminários regionais e nacional, em que queremos aprofundar o debate da IN. Passo a agenda ao FBES para divulgar na sua agenda.

Haroldo (SENAES)

Este fechamento da IN é apenas um passo na construção do nosso sistema de CJS. Ao contrário, é o início. Quero minimizar a sugestão de que tudo deve ficar dentro da IN. Temos na verdade que colocar de forma enxuta, apenas o que é consensual. É uma dinâmica de muito diálogo, de construção coletiva, como está sendo construída a política da ES. A IN não é o único instrumento. Estamos nos baseando em uma longa história de lutas e conquistas, dentro do campo do comércio justo e ES é apenas o início para um patamar básico de debate, e é o possível que conseguimos atingir. Sobre habilitação: teremos um sistema na internet, pelo qual os participantes podem se habilitar. Há duas categorias de atores: os empreendimentos solidários do comércio justo e solidário. Os 22.000 do SIES não serão colocados automaticamente, mas podem entrar de maneira voluntária a se habilitar. Agora, um empreendimento, para ser validado no SBCJS tem que estar cadastrado no SIES, portanto é fundamental a articulação de ambos. Vamos fazer um documento específico sobre habilitação. A habilitação passa pela internet por um processo de auto-declaração. A política de fomento não é somente para quem está habilitado. Na verdade, ela serve para avançar no crescimento da comercialização solidária. Claro que quem estiver dentro do sistema terá fomento, mas a política é também de transição, portanto deve haver fomento à transição rumo à entrada no sistema portanto a política é universalizante, e não uma política que "penaliza" quem não está no sistema.

Miguel (FBES)

Quando falamos de ser compulsório, queremos que os empreendimentos entrem no mapeamento, esperando a visita de quem faz o mapeamento. Mas isso não impede que o empreendimento entre no sistema enquanto espera o mapeamento, por isso a auto-declaração pelo sistema internet do qual fala o Haroldo. Outra questão é sobre o parceiro comercial: ele está na IN, mas incluímos muitos fatores limitantes: o parceiro não pode usar um selo dizendo que é um membro do comércio justo, mas somente dizer que é um parceiro do sistema. Qualquer relação comercial, mesmo entre empreendimentos, tem que ser de transparência. Isso traz o debate do preço justo: o que é o preço justo, como isso se mede? Neste sentido, é fundamental a comissão gestora nacional e a presença dos empreendimentos é fundamental no debate ver as dúvidas, nossas contribuições, etc, senão o trem não vai pra frente.

Jasseir (Faces do Brasil)

É importante citar que mesmo com as falas distribuídas aqui, foi um processo difícil de diálogo, inclusive com disputas e imposições do governo. Nesse sentido o GT está de parabéns. Sabemos que um dos desafios é o de ter as entidades certificadoras também reconhecidas, o que vai trazer dificuldades. Mas esse é um primeiro passo, uma base. Na roça se fala dos caçadores de onça morta, dos que atacam depois que a coisa foi consolidada. Mas essa é nossa tarefa mesmo, de fazermos uma versão inicial que vai trazer debates quentes e críticas. A prioridade deve ser a sociedade, com o resultado. Eu como agricultor, da Unicafes, e do FACES, fico feliz de ter contribuído nesta construção começamos finalmente a balizar novas relações comerciais justas e solidárias e devemos ver o braço do governo como apoiador.